

Medidas para amparar os mais pobres ainda são tímidas, diz Marcelo Neri

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Os efeitos das medidas de contenção ao coronavírus sobre o mercado de trabalho e a parcela mais pobre da população entraram no debate da sociedade no Brasil e em diversos países. O governo Bolsonaro anunciou algumas ações, como a ampliação da cobertura do Bolsa Família e o pagamento de um auxílio provisório para trabalhadores informais que perdem o emprego. São medidas elogiadas por Marcelo Neri, um dos maiores especialistas do país em temas sociais, mas, segundo ele, ainda insuficientes para proteger essa camada da população. Economista por formação, Neri é diretor da FGV Social, foi chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo de Dilma Rousseff e presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Como vão funcionar as medidas anunciadas pelo governo? O governo estuda usar o Cadastro Único, o sistema de registro de famílias vulneráveis, para pagar um auxílio aos trabalhadores informais que perderem a renda, em razão das restrições ao funcionamento do comércio e do setor de serviços. O objetivo seria pagar R\$ 200 a cada um desses trabalhadores, um valor um pouco maior do que o benefício médio pago às mais de 13 milhões de famílias do Bolsa Família, que também são inscritas no Cadastro Único. O contingente de beneficiários do Bolsa Família deve, aliás, aumentar. O presidente Jair Bolsonaro disse, pelo Twitter, que mais de 1 milhão de famílias que esperavam na fila para a inserção no programa devem começar a receber o benefício. Essa decisão política de represar o cadastro de novos beneficiários foi alvo de críticas por especialistas no ano passado e apontada como um dos fatores que fizeram crescer a pobreza extrema no país. Neri diz que o encurtamento da rede de proteção social ficou evidente no governo de Jair Bolsonaro, mas que vem de outras gestões. “A pobreza extrema aumentou 71% no Brasil desde 2014. Parte disso é pela restrição de entrada, e parte pela falta de ajustes no valor do benefício”, explicou em entrevista ao 6 Minutos. Neri elogia a concessão do auxílio de R\$ 200 e a inclusão de novas famílias no Bolsa Família, diz que o governo está indo na direção certa, mas ressalta que as medidas ainda são tímidas. A conta mencionada pelo economista é a seguinte: o governo estima gastar R\$ 15 bilhões para o pagamento do auxílio de R\$ 200, por meio do Cadastro Único, e outros R\$ 3 bilhões para incluir 1 milhão de famílias no Bolsa Família. Essa inclusão é suficiente apenas para repor parte das perdas do programa social ocorridas nos últimos anos. Diz Neri: “Esse esforço só recupera o nível de atendimento de 2019”. Como melhorar essas políticas? O economista critica a decisão de pagar o mesmo auxílio para todos os trabalhadores informais. “Um empreendedor desempregado pode tecnicamente estar pobre, mas ele não é pobre. O ideal é não é dar aos informais a mesma coisa, e sim dar exatamente o que cada um precisa para superar a linha de pobreza”. Pela proposta atual, o pagamento do auxílio será liberado sem que as condições financeiras do beneficiário sejam apuradas. Essa falta de critérios é criticada por Neri. “Temos que direcionar esses recursos para quem tem menos, por isso é necessário validar o cadastro.” Segundo ele, fazer um uso mais racional dos recursos permite que mais pessoas tenham acesso ao benefício. “Não seria o caso de ampliar o Cadastro Único, e sim criar um sistema de registro emergencial”, propõe. Como fica quem já recebia o Bolsa Família? Tramitam no Congresso propostas para ampliar o valor pago às famílias do programa. O deputado José Ricardo (PT-AM), por exemplo, defende que o benefício mensal seja dobrado. Neri diz que as medidas de aumento do benefício seriam positivas, na medida em que poderiam recompor parte das perdas inflacionárias dos últimos anos. No entanto o objetivo principal do governo deve ser o alcance, para amparar o maior número de famílias necessitadas. “A boa notícia é que essa chamada nova pobreza, causada pelo coronavírus, não é permanente. Ela só será se permitirmos que as pessoas morram — aí sim, haverá um efeito permanente. Podemos usar o Bolsa Família para evitar isso. É preciso lembrar que as pessoas muito pobres não têm condições sanitárias para se proteger da doença”, diz Neri. Os recursos mínimos para a compra de itens de limpeza e higiene

podem ser determinantes para a proteção de uma família vulnerável. Como conciliar isso com o equilíbrio fiscal? Para Marcelo Neri, o governo terá que fazer um ajuste radical de rota. “As pessoas que estão comandando a economia estão lá para fazer o ajuste fiscal, mas agora mudou o script. Estamos em uma situação extrema, que requer intervenção do estado aos moldes keynesianos.” Ainda assim, ele defende que as despesas para controle dos riscos e para o amparo da camada mais vulnerável da população sejam ousadas, mas não permanentes, para não ampliar o problema fiscal do futuro. Quer tirar suas dúvidas sobre o Imposto de Renda? Você pode mandar suas perguntas para o e-mail falecomaredacao@6minutos.com.br. Quem nos segue no WhatsApp também pode mandar sua dúvida. Se você quiser entrar no grupo, esse é o link: <https://6minutos.com.br/whatsapp>. Relacionados



Domino's
Pizza

A MAIOR PIZZARIA
DO MUNDO



PEÇA ONLINE

DOMINOS.COM.BR



Domino's Pizza

A MAIOR PIZZARIA

DO MUNDO



PEÇA ONLINE

DOMINOS.COM.BR

PROMOÇÃO DE ANIVERSÁRIO

50 ANOS
celebrando Outubro

RS 1 MILHÃO
EM CONFORTO

É COLCHÃO PRA FAMÍLIA TODA!

COMPRE E PARTICIPE